

Relatório Anual da Administração

A companhia auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais:	2016	2015
Disponibilidade (%)	100,00%	99,99%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2016

Balanco Patrimonial

31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Nota	2016	2015
			(Reclassificado)
Ativo circulante		75.971	69.932
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.755	18.820
Contas a receber ativo financeiro	6	53.532	48.676
Impostos a recuperar	7	497	617
Outros ativos		1.187	1.819
Ativo não circulante		94.479	97.405
Contas a receber ativo financeiro	6	92.482	95.364
Outros ativos		1.839	1.839
Imobilizado		44	50
Intangível		114	152
Total do ativo		170.450	167.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	2016	2015
	126.941	8.644	3.855	6.693	33.843	146.133
						33.843
						(1.692)
						(6.693)
						(15.833)
						16.318
						16.318
						157.450
						37.639
						(1.882)
						(16.318)
						(18.589)
						17.168
						(17.168)
						160.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "ERTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domicílio na Brasil, sua sede social está localizada a Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala C - São Paulo - SP. A ERTe possui o direito de explorar, diretamente ou mediante contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (%)	Índice de correção
083/2002	30	2032	49,750	IGP-M

(*) A Receita Anual Permissa (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.098/2016. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ERTe infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicada na nota explicativa "Contas a receber ativo financeiro".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de fevereiro de 2017. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A ERTe revisa suas estimativas anualmente. Para uma melhor apresentação a Companhia passou a apresentar o saldo líquido entre os valores receber e a pagar oriundos de sua operação de concessão, e, portanto, para fins de comparabilidade reclassificou os valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da ERTe. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificadas em "valor justo por meio do resultado", enquanto as Contas a receber ativo financeiro estão classificadas como "empréstimos e recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2 Contratos de concessão:** De acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a ERTe não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4 Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da ERTe são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Fornecedores são classificados como outros passivos financeiros. **3.5 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a ERTe possui uma obrigação

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.** - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de

a ERTe realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2015, 2. Gestão de P&D 2016, 3. Cabeça de Série do Projeto REMOTE, 4. Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração FotoVoltaica na Matriz Energética Brasileira, 5. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas de transmissão, 6. Desenvolvimento de metodologia de otimização de traçado e projeto de linhas de transmissão empregando técnicas quantitativas em sistema de informações geográficas. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Desempenho econômico-financeiro:**

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Boards* - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2016 os resultados da companhia foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	34.239	37.639
EBITDA	38.850	38.239

A Diretoria

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	Nota	2016	2015
	12	44.638	39.871
Recita operacional líquida			
Custo dos serviços prestados			
Pessoal		(2.074)	(1.978)
Material e serviços de terceiros		(2.938)	(2.109)
Outros		(90)	(75)
Lucro bruto		39.536	35.709
(Despesas) Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Pessoal administrativos		(783)	(697)
Material e serviços de terceiros		(386)	(326)
Depreciação e amortização		(46)	(47)
Outras		(128)	(125)
		(1.343)	(1.195)

Lucro operacional antes do resultado financeiro

	Nota	2016	2015
Receitas financeiras	13	2.386	1.548
Despesas financeiras	13	(667)	(314)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		39.912	35.748
Imposto de renda e contribuição social			
IRPJ e CSLL correntes	8 e 14	(2.245)	(1.905)
IRPJ e CSLL diferidos		(28)	—
Lucro líquido do exercício		37.639	33.843
Quantidade de ações ordinárias		42.066.985	42.066.985
Quantidade de ações preferenciais		42.066.985	42.066.985
Lucro líquido do exercício por ação ordinária - em R\$		0,447370	0,402251
Lucro líquido do exercício por ação preferencial - em R\$		0,447370	0,402251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	37.639	33.843
Outros resultados abrangentes	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	37.639	33.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Reclassificado)

Receita de operação e manutenção	147.018
Remuneração do ativo financeiro da concessão	5.516
Realização do ativo financeiro (recebimento)	37.740
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Reclassificado)	144.040
Receita de operação e manutenção	6.586
Remuneração do ativo financeiro da concessão	41.647
(-) Parcela variável	(8)
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(46.251)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	146.014

Contas a receber ativo financeiro - circulante

Contas a receber ativo financeiro - não circulante	53.532
Total circulante e não circulante	146.014

As contas a receber ativo financeiro incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ERTe considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2016	2015
Imposto de renda retido na fonte	145	227
Outros	352	390
	497	617

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER E DIFERIDOS

	2016	2015
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	365	394
PIS e COFINS	110	42
Contribuição social - CSLL	179	149
ICMS	386	386
Outros	70	79
	1.110	1.050

Passivo não circulante

	2016	2015
IRPJ e CSLL diferidos, líquido (a)	4.435	4.407

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICPC 01 (R1) e a OCPCC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2014

Imposto diferido reconhecido no resultado	4.407
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.407
Imposto diferido reconhecido no resultado	28
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.435

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A ERTe discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificados como "possível" e diante desse pressuposto, não procedem pela ERTe, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. Em 31 de dezembro de 2016 não houve processos.

10. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2016	2015
Quota de reserva global de reversão - RGR	227	278
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.676	1.355
Taxa de fiscalização - ANEEL	147	144
	2.050	1.777

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital social: O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 126.941, representado por 42.066.985 ações ordinárias e por 42.066.985 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Quantidade de ações			Total
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	
Alupar Investimento S.A.	18.475.373	—	43,92%	21,96%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	18.465.427	—	43,90%	21,95%
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	—	15.208.597	0,00%	18,08%
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	5.126.185	26.858.388	12,19%	38,02%
	42.066.985	42.066.985	100,00%	100,00%

11.2. Reserva de lucro: 11.2.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 11.2.2. **Reserva de retenção de lucros:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. **11.3 Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da ERTe, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício ajustado.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	37.639	33.843
Constituição da reserva legal	(1.882)	(1.692)
Base de cálculo de dividendos	35.757	32.151
Dividendos intermediários (*)	(18.589)	(15.833)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais (**)	(17.168)	(16.318)
Saldo de lucros acumulados	—	—

(*) Inclui dividendo mínimo obrigatório de R\$ 8.939 em 2016. (**) A distribuição dos dividendos adicionais estão sendo propostas "ad referendum" à assembleia de acionistas.

11.2. Reserva de lucro: 11.2.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 11.2.2. **Reserva de retenção de lucros:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. **11.3 Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da ERTe, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício ajustado.

11.2. Reserva de lucro: 11.2.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 11.2.2. **Reserva de retenção de lucros:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. **11.3 Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da ERTe, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício ajustado.

11.2. Reserva de lucro: 11.2.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 11.2.2. **Reserva de retenção de lucros:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. **11.3 Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da ERTe, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício ajustado.

11.2. Reserva de lucro: 11.2.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 11.2.2. **Reserva de retenção de lucros:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. **11.3 Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da ERTe, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício ajustado.

11.2. Reserva de lucro: 11.2.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 11.2.2. **Reserva de retenção de lucros:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. **11.3 Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da ERTe, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício ajustado.

11.2. Reserva de lucro: 11.2.1.